

DESTAQUES ECONÔMICOS

Antônio José Martins
e-mail: martins_32@terra.com.br

VACINAÇÃO CONTRA PARALISIA INFANTIL SE-GUE ATÉ 31 DE AGOSTO— Não perca o prazo. É muito importante.

STF DECIDE — Guardas Civis Municipais podem apli-car multas de trânsito em todo o País.

CADERNETA DE POU-PANÇA— Apresenta retirada recorde de R\$ 4 bilhões em julho. Nosso comentário: o investidor procura um melhor rendimento, é seu direito. Mas os financiamentos para casa própria diminuem. Uma pena, pois ainda é grande o déficit de moradias.

INVESTIGADOS NA OPERAÇÃO LAVA-JATO— Restituem R\$ 200 milhões. Nosso comentário: é muito pouco! Pelo montante desvi-ado, a devolução deveria ser de 100% do valor, acrescido de pesadas multas e corre-ção monetária. Não é o que acontece com a pessoa físi-ca ou jurídica?

TESOURO SUSPENDE AVAL A EMPRÉSTIMOS PARA ESTADOS — Nosso comentário: sem o aval do Governo Federal, vai ser difí-cil obter empréstimos exter-nos. Problema, e dos gran-des, para os governadores.

NÃO HAVERÁ ESTE ANO ADIANTAMENTO— De 50% do 13º salário para os apo-

sentados e pensionistas do INSS. Nosso comentário: a justificativa é falta de caixa, mas estranhamente a notícia foi veiculada na véspera das manifestações contra o go-verno da presidente Dilma Rousseff. A conferir!

PAÍS SEDIA OLIMPIADA DAS PROFISSÕES— Nosso comentário: estaria o Brasil em condições de sediar tan-tos eventos?

GRUPO REALIZA MAIOR CHACINA DA HISTÓRIA DE SÃO PAULO — Nosso co-mentário: existiria pior notícia para o governo Alckmin nes-se momento? Acredito que não!

GOVERNO PREVÊ MAIS DOZE USINAS NUCLEARES — Nosso comentário: sabem para quando? 2050! Não seria muito cedo para tal previsão, ministro Eduardo Braga?

POLÍCIA FEDERAL ACU-SA ODEBRECHT DE SUPERFATURAR ESTÁDIO DA COPA DO MUNDO—Nos-so comentário: perguntar não ofende, teria a PF o poder de acusar?

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA — VW e Ford irão parar a produção em São Bernardo do Campo durante uma semana.

Por hoje é só, tenham to-dos uma ótima semana!


TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

E da gestão Dilma - 2,
o que se pode esperar ?
?Eu vos digo nada, pois
acabou sem começar!

O tempo, ora é bom, ora, não...
Importa em saber usar:
se é bom pra navegação,
é ruim para pescar.

Nosso amor foi repentino,
mas veio para ficar...
Tu prendeste o meu destino
como a areia prende o mar!



COLUNA DOS LEITORES

DESABAFO

FAMÍLIAS SEM ÁGUA NO BAIRRO DO BAMBU

Na segunda-feira (17), Jairo Martins (Pepinho) esteve na redação deste jornal e informou que famílias residentes no Bairro do Bambu, em Tatuí, enfrentam problemas com a falta de água. Pepinho conta que as famílias utilizam somente água fornecida por um caminhão pipa, mas gostariam que a água tratada chegasse às residências através dos encanamentos. “Eles não estão pedindo nada de graça”, disse. Pepinho falou ainda que aguarda um posicionamento da Sabesp sobre a questão. Além do problema da água, os moradores pedem conservação na estrada de terra do bairro. Os moradores disseram que quando chove, forma-se muito barro no local e eles precisam sair de casa com dois pares de sapatos.



JORNAL

EXPEDIENTE

Integração - o Jomal do Povo Ltda. -
Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CNPJ: 45.941.838/0001-18

DIRETOR RESPONSÁVEL:
José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. Nº 12095)

DIRETOR PROPRIETÁRIO
Renê José Rodrigues Fernandes

REDATORA:
Aideé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. Nº 16035)

ESPORTES:
Rogério Lisboa (Reg. no MTB. Nº 24727)

FUNDADORES em 24/12/1975:
José Reiner Fernandes, Francisco José Lang
Fernandes de Oliveira,
Roberto Antonio Caflessi, Ivan Gonçalves e
Acassil José de Oliveira Camargo

Propriedade da Empresa
Jornalística Integração - o Jornal do Povo Ltda.
Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CEP: 18270-820
e-mail: integracao@asseta.com.br
Impresso: A Tribuna de Piracicaba -
Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP

Opinião

COMISSÃO PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA

** Marcos Cintra*

O segundo semestre co-meçou em agosto na Câmara dos Deputados e seu presi-dente, Eduardo Cunha, disse que a discussão da reforma tributária será prioridade na-quele Casa a partir de agora. Aliás, Cunha foi eleito presi-dente dizendo que colocaria a matéria em votação. Uma co-missão está sendo criada para apresentar, em um prazo de trinta dias, uma proposta que reúna diversos projetos em tramitação.

É provável que em meio à atual crise política e econômi-ca o tema não tenha o desta-que necessário, mas a inicia-tiva do presidente da Câmara dos Deputados é bem-vinda. No governo Dilma a reforma tributária, que para ela nas eleições de 2010 era a “refor-ma das reformas”, parou de vez. Nos últimos cinco anos, pelo menos, o País não avan-çou nem um pouco no sentido de racionalizar seu caótico sistema de impostos. Nada foi feito em termos práticos e o debate foi deixado de lado. Nem parece que o Brasil tem a pior estrutura tributária do mundo.

Um aspecto que deve ser colocado a partir da iniciativa de Eduardo Cunha diz respei-to ao rumo que a discussão vai seguir. A questão é se a comissão que será formada vai efetivamente avançar no tema, discutindo uma refor-ma ampla, ou vai apenas con-tinuar propondo ações pontu-ais. Os trabalhos não deveri-am se restringir a uma ou outra medida para remendar tribu-tos.

Algumas ações têm sido citadas como base para en-caminhamento dos trabalhos pela comissão. Há propostas simplificadoras que foram le-vantadas mais recentemente

como a unificação das alíquotas do ICMS e a fusão do PIS e da Cofins, mas não dá para classificá-las como uma refor-ma tributária nos moldes que o país necessita. Obviamente que, dado o nível de complexi-dade da estrutura de impostos brasileira, qualquer medida que facilite a vida dos contribu-intes é bem-vinda. Porém, se-ria conveniente que a comis-são avançasse no sentido de se instituir um novo paradigma tributário, calçado numa filoso-fia simplificadora que substi-tua tributos declaratórios, de elevado custo e vulneráveis à sonegação, unificando-os so-bre a movimentação financei-ra, base que reduz custos e elimina um dos grandes pro-blemas do país que é a evasão fiscal.

A comissão que a Câmara dos Deputados está criando terá como meta analisar pro-jetos que estão tramitando na-quele Casa e lá há a PEC 474/01, que cria o Imposto Único Federal. Essa proposta já foi analisada por uma comissão especial em 2002 e aprovada por unanimidade pelos seus membros naquela ocasião. Ela deveria ser uma referência para os trabalhos atuais. A PEC prop-õe substituir vários tributos da União por apenas um que se-ria cobrado sobre as movimen-tações financeiras. Mas, nada impede que sua implantação seja gradual, começando pela extinção do PIS/Cofins, um dos tributos mais complexos do país.

Em meio ao atual cenário de desalento geral, seria pro-missor os parlamentares res-gatarem a reforma tributária e a ideia do Imposto Único, que está parada há treze anos na-quele Casa. Seria um ponto de luz na escuridão em que o País está mergulhado.

* Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi deputado federal (1999-2003) e autor do projeto do Imposto Único.



Tatuí e sua História

Notícias extraídas com grafia original do “Jornal de Tatuhy”, de 25 de maio de 1930, através do arquivo de João Padilha, doado ao Integração.

LIVRO DE OURO

Eis uma parte do movimento dos nomes que já contribuíram para a construção do Estádio do XI de Agosto: Aristides Paes (200\$000), Frederico Holtz (200\$000), Dr. Laury Minhoto (200\$000), Pedro Holtz Júnior (200\$000), Wladimir Luketin (200\$000), Oscar Mota (200\$000), José Picchi (100\$000), Carlos Orsi Filho (100\$000), Eucharío Holtz (100\$000), Ernesto Lalau Amadei (100\$000), Dr. Neves Júnior (50\$000), Luiz Orsi (50\$000), Palmyro Sandoval (50\$000), Domingos Loretti (50\$000), Carmo Sicari (20\$000), Ivo Zani (20\$000), Ernesto Machado (20\$000), José Del Fiol (20\$000), professor Ernesto Dias (20\$000), Euclydes Antunes (20\$000), Mário Guedes Tavares (20\$000) e Pedro Sgorlon (20\$000). Em numero próximo, daremos o movimento geral, com as doações que não figuram nesta lista.

NASCIMENTOS

O sr. Orlando Biagioni e sua exma. esposa, d. Vicentina de Mello Biagioni, têm seu lar augmentado com o nascimento de mais um filhinho, que se chamará Mário de Lourdes. Também o sr. Jayme Rodrigues de Almeida e sua exma. sra., d. Anninhas Germano de Almeida, estão, desde o dia 12, com o lar alegrado pelo nascimento de um herdeirinho, que terá o nome do pae.

CORPORAÇÃO MUSICAL SANTA CRUZ

Hoje, para inauguração do novo instrumental, adquirido na Casa D’Aló, em São Paulo, esta corporação musical, que passou por grandes melhoramentos, desenvolverá o seguinte programma: às 10 horas e 15, sahida da sede social, com destino à Capella de Santa Cruz, onde o digno vigário da Parochia fará a bençam do conjunto instrumental. Em segui-da, haverá passeata pelas ruas da cidade. Às 6 horas da tarde, grande concerto na Praça Martinho Guedes, sob a regência do maestro, sr. Praxedes José de Campos. A illuminação desta praça foi amplamente augmentada, graças à boa vontade da Cia. Luz e Força de Tatuí e à gentileza da nossa Prefeitura. Esta cidade está pois, de parabéns, diante do entusiasmo pela reorganização de sua excellente banda, que já possui um conjunto de mais de 30 figuras. Sabemos que a nova directoria muito em breve tratará da uniformização de todos os músicos. Estamos certos que o povo tatuhyense saberá corresponder com sympathia a mais esse melhora-mento, devido aos esforços dos que trabalham pelo progresso local.

BAPTISADO

Dia 22, realizou-se o baptisado de Oswalda Thereza, filha do sr. Ernesto Lalau Amadei e de sua exma. esposa, d. Zulmira Amadei. Foram paranyphos desse acto o sr. Cornélio Pereira e sua exma. senhora.

JORNAL DE TATUHY

De amanhã em diante, fará parte desta folha, como repórter de informações e de noticiário, o sr. Raphael Macha-do, para o qual solicitamos toda a atenção de nossos amigos e assignantes, nos assumptos que se referirem ao “Jornal de Tatuhy”.

O IMPONDERÁVEL CURVILÍNEO DA SILVA

**GAUDENCIO TORQUATO*

Há muita especulação no ar. Que o clima está fervilhan-do, não há dúvida. Que Dilma é a mais impopular presidente da República da história repu-blicana, também procede. Que Lula tem receio de que as coi-sas cheguem a seu colo, é bem provável. Que o pacote fiscal do governo, desidratado pelo Congresso, prolongará a recessão econômica, é quase certeza. Que a presidente po-derá ser condenada pelo Tri-bunal de Contas da União pe-las “pedaladas” fiscais, é pos-sível. Que o Tribunal Superior Eleitoral tome a decisão de desaprovar as contas de Dilma e Michel Temer, é uma tese a se levar em conta. Que o mes-mo TSE possa separar as con-tas da presidente das contas do vice-presidente, desapro-vando uma e aprovando outra, é alternativa viável. Que as de-lações premiadas continuarão a puxar políticos para o meio do furacão, é uma reta à vista.

Mas a política é balizada, como se sabe, pelo Senhor Imponderável Curvilíneo da Silva. Curvilíneo, em função da montanha de dúvidas que o jogo político oferece, e Silva, pela crença popular na única hipótese que escapa à imponderabilidade: o mar não está pra peixe. A começar pelo Silva do sobrenome do ex-pre-sidente Luiz Inácio. A certeza é que o carismático (?) Lula está nervoso, à procura da melhor saída do atoleiro em que se encontram o PT, o governo Dilma e ele próprio. Quanto a uma eventual cena de Lula com as mãos para trás, embarcan-do num camburão da PF, trata-se de um desfecho que só o Senhor Curvilíneo explica, a começar pelas circunstâncias, os depoimentos consistentes dos delatores premiados, a efetividade de provas de que circulou pelo propinudoto da Petrobras, a força (?) do carisma, a aprovação/desapro-vação das ruas etc.

Sabe-se que, a depender do juiz Sérgio Moro, não haverá argumento que o livre da convic-ção de que todos os que fre-quentaram os desvãos da Petrobras deverão atravessar as salas da PF em Curitiba. Quem quiser conhecer o roteiro do juiz Moro, basta ler seu traba-lho sobre Considerações sobre a Mani Pulite, onde descre-ve os passos da Operação ita-liana, com destaque para a in-dependência e a coragem dos promotores e juízes, a imagem desgastada da esfera política, o apoio da opinião pública, o papel da imprensa, as vanta-gens da delação premiada, a amplitude da investigação, os resultados alcançados, entre outros vetores. Moro se imbuíu da “missão divina” de limpar o Brasil da sujeira por cima e por baixo do pano. Pelo visto, não fraquejará, indo até o fim e deixando aberta a possibilidade de condenar pessoas do mais alto calibre. Na Mani Pulite, fo-ram condenados quatro ex-pri-meiros ministros.

Quanto ao impedimento da presidente Dilma, o argumen-to mais sólido, até o momento, é que falta o *leit-motiv*, o fato deflagrador para a decisão, algo como a prova concreta de recebimento de propina, coisa desse tipo. O domínio de fato, que inspirou decisões no STF por ocasião do julgamento do mensalão, é afastado do pro-

cesso do petróleo. E por en-quanto, não há indicação do envolvimento pessoal da diri-gente na lista de propineiros. Outro argumento de vulto é so-bre os atos cometidos no pri-meiro mandato da presidente. Não poderiam ser transporta-dos para o segundo, apesar de teses contrárias, em menor escala, de que o governante, em dois períodos de quatro anos, é uno, não podendo re-partir sua identidade. Mesmo se a situação comportasse tais abordagens, o affaire se pro-longaria até o término do man-dato na esteira de um denso contencioso jurídico. Quanto às pedaladas fiscais, que teri-am sido por ela cometidos, persiste a informação –proce-dente – de que outros gover-nos teriam cometido o mesmo erro, particularmente as admi-nistrações de FHC e Lula. Ade-mais, a imagem do TCU, um ente com viés político, padece de corrosão face à suspeição de intermediação envolvendo o filho do presidente Aroldo Cedraz.

Se a questão das contas de campanha entrar na agen-da do TSE, haveria duas ver-teses a se considerar: uma, que a chapa Dilma/Temer, comprovando-se uso de cai-xa dois, seria cassada; outra, que as contas da presidente e de seu vice seriam separa-das, na medida em que os dois apresentaram contas separadas ao Tribunal, cada qual com doações, receitas e despesas devidamente arro-ladas. Nesse caso, as contas da presidente, em caso de de-saprovação, poderiam ensinar um pedido de impeachment no Parlamento. Ora, todas as hipóteses baterão nas casas da representação política. Como se sabe, a decisão de afastar um mandatário, em qualquer nível, ingressa na esfera político-parlamentar. Os representantes, porém, cos-tumam atrelar suas decisões ao momento social do país, o que significa avaliar deman-das e carências da comunida-de, ouvir o grito das ruas, sentir a indignação das massas. Esse poder acabará fazendo eco nas instituições políticas. E como decide o político?

Com um olho no cargo, ou-tro nas ruas. Os postos na ad-ministração pública seguram os votos a favor ou contra o governo. Nesse ponto, a dúvi-da persiste: em tempos de va-cas magras, o que o governo pode distribuir? A divisão de comandos na administração saciaria o apetite de todos os partidos da base? O governo tem munição para enfrentar a luta por cargos, quando ele mesmo pensa em cortar o nú-mero de Ministérios, hoje so-mando 39? A economia é a locomotiva da política. Se a lo-comotiva não tem combustível, o trem para. Aos ocupantes dos carros, resta ouvir o clamor da turba. Se o caso for esse, os representantes tomarão dis-tância do Executivo, fazendo fila para contestar a chefe do Exe-cutivo. E quando dirigentes das casas representativas entram na lista de suspeitos envolvi-dos na Mani Pulite brasileira? Eis o imbróglio que dá vida à Sua Excelência, o Senhor Imponderável Curvilíneo da Sil-va, cujo sobrenome exprime a única certeza que se tem: a crise vai longe.

NOTAS

OMODELOMANIPULITE

Em *Considerações sobre a Operação Mani Pulite*, Sérgio Moro traça considerações sobre aquela Operação, na Itália.

COMO COMEÇOU

Começou com a prisão de Mário Chiesa, que devia seu cargo administrativo ao Partido Socialista Italiano e foi preso com propina no bolso, cerca de sete milhões de liras, que teria recebido de uma companhia de limpeza. Posteriormente, mais de quinze bilhões de liras teriam sido arrestadas em contas bancárias, imóveis e títulos públicos de sua proprie-dade.

CORAGEM DOS JUÍZES

“A coragem de muitos juízes, que ocasionalmente paga-ram com suas vidas para a defesa da democracia italiana, era contrastado com as conspirações de uma classe política dividida e a magistratura ganhou uma espécie de legitimida-de direta da opinião pública”. Não escapa ao juiz Moro o fato de os juizes italianos serem “jovens”.

AMPLITUDE

Lembra o juiz paranaense que dois anos após ser deflagrada, “ 2.993 mandados de prisão haviam sido expedi-dos; 6.059 pessoas estavam sob investigação, incluindo 872 empresários, 1.978 administradores locais e 438 parlamen-tares, dos quais quatro haviam sido primeiros-ministros”.

Gaudêncio Torquato, jornalista, professor titular da USP é consultor político e de comunicação. Twitter: @gaudtorquato